

# Agricultura familiar na pós-graduação no Brasil e na Universidade Federal do Pará (UFPA)

<sup>1</sup> Doutor em Socio Economic Du Developpement, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS) França. Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA), Centro de Ciências Agrárias, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar. Coordenador do Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da UFPA. Rua Augusto Correa, s/n, Campus Universitário do Guamá - Belém-PA. CEP: 66000-000 - Belém-PA. gguerra@ufpa.br

<sup>2</sup> Doutora em História Agrária pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França. Professora Adjunta da UFPA, Centro de Ciências Agrárias. mnam@ufpa.br

Gutemberg Armando Diniz Guerra<sup>1</sup>  
Maria de Nazaré Angelo-Menezes<sup>2</sup>

## Resumo

O ensino da Agronomia no Brasil remonta ao século XIX, atendendo à necessidade da modernização do setor produtivo rural, até então reconhecido eficiente tendo como modelo as *plantations* de cana-de-açúcar, café, algodão, cacau e a pecuária extensiva. As disputas pelo acesso à terra como componente fundamental no processo de democratização do país em todos os seus períodos históricos, o crescimento recente do ambientalismo no mundo e a crítica ao modelo de desenvolvimento calcado no uso intensivo de capital projetaram, por contraste, a agricultura familiar como uma categoria política que deveria ser contemplada nas reflexões acadêmicas brasileiras e internacionais. Em que pese este reconhecimento, os Programas de Pós-graduação em Ciências Agrárias no país continuam disciplinares, predominantemente fundamentados em princípios que valorizam tecnologias intensivas em capital e, contraditoriamente, supõem a neutralidade do conhecimento científico e tecnológico. Este artigo apresenta um levantamento sobre os cursos de pós-graduação em que a agricultura familiar é contemplada e projeta o Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará (UFPA) como exercício que merece um olhar específico, por sua ligação com os movimentos sociais e sua perspectiva ecológica.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Ensino Superior. Ciência.

**Family agriculture in graduate education in Brazil and in the Federal University of Pará**

## Abstract

The study of Agronomy in Brazil dates back to the 19th century, meeting the needs for modernizing the rural productive sector. To date it has been acknowledged as efficient, especially with respect to the crops of sugar-cane, coffee, cotton, and cocoa as well as extensive

breeding cattle. The disputes over land access as a fundamental component in the process of country's democratization in all its historical periods, the recent worldwide growth of environmental consciousness, and the debates about the performance of development models based on the intensive use of capital have combined to project – by way of contrast – family agriculture as a political category that ought to be contemplated in both Brazilian and international academic reflections. With respect to this acknowledgement, the graduate programs in Agricultural Science in this country continue to be disciplinary, predominantly grounded in principles that value intensive technologies based on capital and, in contradictory fashion, that suppose the neutrality of scientific and technological knowledge. This article presents a study of graduate courses in which family agriculture is contemplated and projects the Masters Program in Family Agriculture and Sustainable Development at the Federal University of Pará as an effort that deserves special attention, due to its link to social movements and its ecological perspective.

**Keywords:** Small farmers. University Studies. Science.

### **Exigências da especificidade do ensino voltado para a agricultura familiar no Brasil**

Não se pode falar de agricultura familiar no Brasil sem uma referência ao contraponto de que as propostas de desenvolvimento se fundamentam em uma literatura clássica que reconhece como empreendimento agrícola historicamente exitoso as grandes fazendas de cana-de-açúcar, o gado, o algodão e o café (FURTADO, 1982), e o predomínio do latifúndio e das empresas agropecuárias expresso em obras consideradas fundamentais das ciências sociais no país (FREIRE, 2003; GUIMARÃES, 1977; PRADO JR., 1979).

A presença de escravos, de trabalhadores assalariados na produção agrícola brasileira e a formação de uma agricultura baseada na mão-de-obra familiar convivem, simultaneamente, em todos os instantes da economia do país, embora tenha sido relegada ao segundo plano quando se trata da reflexão sobre o padrão tecnológico. Os números da violência no campo vêm se acentuando e aumentando em todas as regiões do país, com particular intensidade no Norte e Nordeste, justamente em função da presença e reafirmação destas categorias em disputa. Análises da evolução dos sistemas agrários na Amazônia permitem visualizar a presença de agricultores familiares e sua interação desde os tempos da colônia (ANGELO MENEZES, 2000), sob as diversas formas de posse da terra (GUERRA, 2001).

A concentração da terra no Brasil e os mecanismos governamentais para dar acesso a este bem de produção à massa de agricultores estão presentes no debate político neste país desde as suas primeiras constituições (GUERRA, 2001, p. 100). O que está subjacente a essa discussão é a dicotomia minifúndio-latifúndio e o modelo de desenvolvimento acordado entre as classes existentes na sociedade brasileira, nos marcos do capitalismo e da modernidade. Este debate é recorrente e pode ser encontrado com toda a sua intensidade nos meios acadêmicos desde a década de 1950 (PALMEIRA, 1971 e 1984), quando a tônica era encontrar um modelo de desenvolvimento adequado ao país e às suas forças produtivas. Se utilizado maior rigor nesta busca, podemos identificar esta preocupação e justificativa sempre que se criaram escolas de nível superior ou institutos de pesquisa voltados para a produção, como foi o caso daquelas abertas ainda no tempo do império e da República Velha (RODRIGUES, 1987a, 1987b e 1987c).

Na Amazônia, as proposições podem ser representadas pela reflexão expressa no trabalho de Armando Dias Mendes e seus pares, responsáveis pela criação e consolidação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), em 1977, na UFPA, quando se discutia o que seria a integração da região ao país (MENDES, 1974). Este debate se acentua nos anos 1980 com marcos de reorientação dos investimentos que se convertem em medidas constitucionais e que abrem espaço para apoiar a produção agrícola voltada para o consumo interno, na perspectiva da soberania<sup>1</sup> ou segurança alimentar. É a partir desse período que trabalhos acadêmicos tornam evidentes a necessidade do reconhecimento da produção de subsistência em todo o país e de uma lógica produtiva que se fundamenta no trabalho familiar (SILVA, 1980; LAMARCHE, 1993 e 1994; ABRAMOVAY, 1992; HEBETTE, 2004). Essa literatura ressalta a importância da agricultura familiar e acompanha uma série de projetos de pesquisa e intervenção governamental e não-governamental na perspectiva de construir propostas de um modelo de desenvolvimento em que esta categoria social esteja contemplada como ator, no mesmo nível de participação que outros segmentos sociais e econômicos, como o empresariado agrícola, a indústria, o comércio.

Os fundamentos do conceito de agricultura familiar expressos na literatura acadêmica se distinguem pela predominância do trabalho da família no estabelecimento agropecuário, identificando uma correlação entre gestão, trabalho e posse dos meios de produção (BIANCHINI, 2006, p. 1) que se convertem na perspectiva de autonomia relativa no que concerne ao mercado de insumos e produtos. A diversificação de cultivos, de renda agrícola monetária, de autoconsumo, e a pluriatividade são características complementares à agricultura familiar na definição do estudo feito pela Organização das Nações

<sup>1</sup> Os termos soberania e segurança alimentar são usados no Brasil diferentemente por correntes ideológicas que se identificam considerando a maior ou menor independência e controle do processo produtivo e distributivo. Segundo definição da Via Campesina, "Soberania Alimentar significa uma participação ativa dos movimentos sociais camponeses nos processos de definição de políticas agrícolas e alimentares, para que a capacidade de produção alimentar com base em um sistema de produção camponesa diversificada garanta a independência e a soberania alimentar dos povos". Essa definição, apresentada na Cúpula Mundial Sobre Alimentação (CMA), em 1996, fazia oposição ao conceito de Segurança Alimentar defendido pela FAO, que lhe dá substância sob o argumento de "garantir um nível elevado da produção de alimentos, de forma regular e permanente". (VIA CAMPESINA, 2004).

Unidas para Agricultura e Alimentação e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (FAO/Incra) (GUANZIROLI, 2000). Este estudo se tornou o referencial para o debate sobre agricultura familiar no Brasil. O limite de área inclui-se nos critérios deste esforço de caracterização, considerando-se que o estabelecimento familiar deveria ter até 15 Módulos Fiscais, o que se assume como o “limite da média propriedade colocado pela Lei 8.629/93, que define pequena e média propriedade rural no país” (BIANCHINI, 2006, p. 1).

O fato é que os números reconhecendo a presença e o papel da agricultura familiar no Brasil e no mundo se apresentam com veemência, seja pelos que a defendem enquanto categoria política e sociológica, seja pelos que minimizam a importância de categorizações quando se trata de aspectos produtivos, pressupondo a neutralidade da ciência e da tecnologia que embasam esses aspectos. O que se coloca no debate é se o reconhecimento dessa forma de produção exige reflexões específicas sobre a sua inserção na economia brasileira, principalmente no que concerne aos processos produtivos e a relação com o mercado, seja esta relação econômica, seja simbólica, ou se é ponto pacífico que este tratamento seja desnecessário.

Do ponto de vista econômico, os agricultores familiares têm sido projetados como sendo responsáveis pela produção da cesta básica (feijão, arroz, milho e mandioca, suínos, aves, leite) e participando, secundariamente, da pauta de exportação, seja pela produção nos seus estabelecimentos, seja ofertando mão-de-obra para o funcionamento das empresas agropecuárias. Sua identificação como submetidos ao funcionamento do capital foi suficientemente teorizada e debatida, reconhecendo-se sua interatividade com os setores dominantes (WANDERLEY, 1985). Essa presença se faz marcar quando, nos indicadores da agropecuária publicados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o que se vê projetado são os recursos aplicados, agricultores atendidos e produtos adquiridos da agricultura familiar (CONAB, 2006, p. 40-41).

A carência de dados atualizados sobre a produção agropecuária brasileira tem sido uma tônica, principalmente quando se trata do refinamento das informações. O que serviu e continua servindo de base para as reflexões presentes na maioria dos estudos sobre a agricultura familiar são dados do Censo Agropecuário de 1995-1996, com defasagem de uma década, analisados no quadro da FAO/Incra (2000), conforme descreve o Quadro 1.

**Quadro 1.** Agricultura patronal e familiar segundo o Censo Agropecuário de 1995-1996

Categorias	Estab. s/total	% Estab. s/total	% Área s/total	VBP* (em mil R\$)	% VBP s/total	% FT* s/total	RT* /Estab. Ano	RT /ha Ano
Patronal	554.501	11,4	67,9	29.139.850	61,0	73,8	19.085	44
Familiar	4.139.369	85,2	30,5	18.117.725	37,9	25,3	2.717	104
Tipo A	406.291	8,4	6,8	9.156.373	19,2	11,7	15.986	269
Tipo B	993.751	20,4	9,6	5.311.377	11,1	6,2	3.491	103
Tipo C	823.547	16,9	5,2	1.707.136	3,6	1,9	1.330	60
Tipo D	1.915.780	39,4	8,9	1.942.838	4,1	5,6	98	6
<b>Total</b>	<b>4.859.864</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>47.796.469</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>4.548</b>	<b>63</b>

\* VBP – Valor Bruto da Produção; FT – Financiamento Total; RT – Renda Total.  
 Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) *apud* Guanziroli (2000).  
 Elaboração: Convênio FAO/Inkra.

A comparação entre o que se convencionou chamar de agricultura patronal em oposição à agricultura familiar é o mote da análise, demonstrando concentração de terras e o grau de eficiência de cada uma destas modalidades. O total de 4.859.864 estabelecimentos rurais no Brasil ocupava uma área de 353,6 milhões de hectares. O VBP Agropecuária era de R\$ 47,8 bilhões. Os estabelecimentos familiares se faziam representar por 4.139.369 unidades correspondendo a 85,5% do universo, ocupando uma área de 107,8 milhões de hectares (30,5%), responsáveis por R\$ 18,1 bilhões do total do VBP (37,9%). Os agricultores patronais, representados naquele censo por 554.501 estabelecimentos, ocupavam 240 milhões de hectares o que correspondia a 67,9% das terras do país. Os 165.862 estabelecimentos restantes são formados por Entidades Públicas e Instituições religiosas, correspondendo a 1,6%. Na pesquisa realizada se apurou a classificação dos agricultores familiares em tipos A, B, C e D, a partir dos seus graus de capitalização, descritos respectivamente como agricultores familiares capitalizados (A), em processo de capitalização (B), em níveis de reprodução mínima (C) e abaixo da linha de pobreza (D). Em que pesem referências à modernização da agricultura, é subjacente a esta análise as dicotomias latifúndio-minifúndio, moderno-tradicional, avançado-atrasado, demonstrando uma convivência entre os dois pólos sem considerações sobre as variações que certamente existem e interação com e entre eles, sendo ora parte de um ou de outro, ora sendo alvo de disputas de representações patronais ou do trabalho (GUERRA, 1999b).

Uma consequência sensível desta classificação e reconhecimento é a inclusão de frações desta categoria em políticas públicas e ação governamental, o que justifica o debate.

Para caracterização da agricultura familiar, esforços têm sido realizados por pesquisadores nacionais (ABRAMOVAY, 1992; NEVES, 1993, 1995, 2004b; SORJ, 1980) e internacionais (MENDRAS, 1984; LAMARCHE, 1991 e 1994) sem que o problema possa ser considerado superado. Ao contrário, tem se evidenciado o grau de complexidade que envolve esta categoria, seu engajamento no sistema produtivo dos países em que pode ser identificada a sua presença e sua relação diferenciada da agricultura empresarial.

No caso da Amazônia, e em particular do Estado do Pará, ao longo da Rodovia Transamazônica, a numerosa presença de agricultores ou pretendentes desta atividade que ali se instalaram, a intensidade dos conflitos e a necessidade de assistência técnica exigiram a criação de uma Superintendência Regional (SR) do Incra, de caráter especial, a SR 27E, considerada a maior unidade do país em volume de assentamentos que demandam os seus serviços. Dados de abril de 2006 dão conta de 450 assentamentos sob a jurisdição da SR 27E (ALMEIDA, 2006). Em Santarém, onde aflora a implantação massiva da cultura da soja confrontando-se com atividades agropecuárias de base familiar instaladas depois de décadas, é ativada nova superintendência do Incra – a SR 30 – em 2005. Conflitos fundiários voltam a alimentaras primeiras páginas dos jornais (SUZUKI, 2006), confirmando o Pará como um Estado que merece atenção especial quando se trata da questão agrária. Contando-se com a de Belém, a SR 01, é a única Unidade Federativa do país que possui três Superintendências Regionais do Incra.

Essa presença significativa de assentamentos rurais, de empresas agropecuárias, instaladas desde a década de 1970, de fazendas tradicionais e de oligarquias dominantes dos antigos castanhais convertidas em atores econômicos, gera um quadro dinâmico e violento de disputa pela terra e recursos naturais (COSTA, 1999; EMMI, 1999; FERNANDES, 1999), exigindo um tratamento intelectual que extrapola o caráter meramente produtivo da agricultura.

O quadro diferenciado de conflito pela terra no Sul do Brasil, em particular no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, assim como no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, favoreceu a reflexão sobre o quadro fundiário e sua repercussão na matriz tecnológica da agricultura brasileira, o que vem se alterando com o processo de modernização intensificada desde a década de 1960.

No Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná ocorrem movimentações dos agricultores familiares expulsos pelas monoculturas intensivas em capital, ou pressionados à montante pelos insumos

modernos exigidos pelo padrão tecnológico especializado e, à jusante, pelo mercado que controla os preços dos produtos. Suas alternativas são a de migrar para novas áreas (e a Amazônia tem sido um dos espaços privilegiados por esse fluxo), ou ajustar as tecnologias às condições socioeconômicas que se impõem, submetendo-se à lógica do mercado internacional de *commodities*. O processo de modernização da agricultura, reconhecido como necessário ao processo de internacionalização da economia brasileira, tem efeitos excludentes que se fazem evidentes, sugerindo a necessidade de rumo desde a década de 1980 (SILVA, 1980). Técnicos formados para reproduzir tecnologias deparam-se com processos de comunicação eivados de bloqueios a serem vencidos (GUERRA; ANGELO-MENEZES, 1999). Não basta gerar ou adaptar tecnologias e expô-las, difundi-las, como se elas pudessem, por elas mesmas, ultrapassar o circuito da geração e serem adotadas pelo conjunto de agricultores de todo o país. Esses circuitos, aparentemente distintos (RODRIGUES, 1985), possuem um imbrincamento que vem sendo estudado por novas formas de comunicação entre produtores de ciência e seus utilizadores.

A interação entre técnicos e agricultores é mais complexa do que se supunha, exigindo conteúdos antropológicos, sociológicos e de caráter relacional que os agrônomos e técnicos devem considerar. Não basta gerar e difundir tecnologias no contexto do sistema produtivo do país. É necessário que estas sejam adequadas às condições dos agricultores enquanto grupos inseridos em condições específicas tanto do ponto de vista social quanto econômico. Não basta que agricultores produzam e vendam para o mercado. É necessário que a comercialização permita o acesso a rendimentos compensadores que se convertam em bem-estar para as famílias produtoras e que não debilitem a biodiversidade e produção para o consumo interno dos seus membros.

O duplo caráter de produtores e consumidores permanece como uma das características do estabelecimento familiar, exige um tratamento complexo, que equilibre, simultaneamente, uma escala mínima de produção para o mercado, mantendo-se a diversidade de produtos, o que diminui os riscos e garante a autonomia alimentar do grupo familiar. A transformação do campo em espaço exclusivo da produção, esvaziado de significados sociais, constitui-se em problema complexo, uma vez que os grupos responsáveis pelos aspectos econômicos da vida humana são os mesmos que cobram a repartição dos benefícios em toda a sua extensão. Eles não apenas produzem, mas exigem, igualmente, partilhar da renda e dos serviços que esta renda permite acessar.

O crescimento do ambientalismo como referência paradigmática é outro elemento a ser considerado tanto no universo produtivo nacional quanto no amazônico (COSTA, 1992). Não se trata apenas de

produzir considerando as condições socioeconômicas dos envolvidos neste processo, mas se impõe a idéia de que as condições e os recursos utilizados devem ser mantidos para as gerações futuras. A reprodutibilidade dessas condições se traduz e se impõe como valor indispensável, identificado como sustentabilidade ou durabilidade dos sistemas de produção.

Esse é o quadro em que as universidades são chamadas a intervir para a produção de conhecimentos que não se limitem aos aspectos produtivos e econômicos, mas também aos conteúdos sociais e ambientais que compõem as exigências da sociedade pós-moderna. Isso exige formações diferenciadas para atender a demandas diferenciadas e re-contextualizadas. Exigem-se profissionais habilitados a pensar a intervenção considerando estes novos elementos paradigmáticos: ambiente físico e social interagindo na perspectiva de sua reprodução e utilização por gerações futuras, em condições de viabilidade econômica, ambiental e política (GUERRA, 1999a e 2005).

## O ensino agrícola no Brasil

Introduzido no período do Império no Brasil, o ensino agrícola surgiu com a preocupação de melhorar as condições de competitividade da agricultura nacional frente ao mercado mundial daquele período (CAPDEVILLE, 1991). O Instituto Imperial Agrônomo da Bahia, criado por D. Pedro II em 1859 e instalado em 1875, é o marco deste empreendimento. Influenciado por padrões europeus, o Instituto passa por uma longa trajetória que deságua na atual Escola de Agronomia da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) em Cruz das Almas (HISTÓRIA, 2006). Na extensão do território nacional são criados institutos e escolas com a mesma finalidade, tornando o país capaz de enfrentar os desafios da modernidade e acompanhar os avanços da ciência desde o século XIX.

Na década de 1960, o debate sobre a fome no mundo se instala, revivendo a influência malthusiana<sup>2</sup> e obrigando a investimentos para o aumento da produção e da produtividade agrícola, mobilizando a rede de centros de pesquisa em todo o planeta. Os centros de pesquisa se especializam por produtos e articulam a busca de novos conhecimentos unificando padrões genéticos, tecnologias, processos e formas de cultivos e criações, beneficiamento, embalagens e preços (AGUIAR, 1986). A agricultura assume o caráter de empreendimento industrial e se enquadra em um modelo de produção cuja eficiência passa a ser medida por sua capacidade de assemelhar-se a uma dinâmica produtiva com todos os fatores controlados e sob uma racionalidade fundamentada na monocultura, no uso de recursos

<sup>2</sup> A hipótese de Thomas Malthus (1766-1834) fundada na constatação de que a população crescia a uma média geométrica, enquanto a produção de alimentos crescia a uma média aritmética influenciou todo o pensamento do século XIX e XX. Os esforços de superação dos limites de produção agrícola para debelar o fantasma da fome ganham impulso nos meados do século XX e fundamentam a Revolução Verde, movimento cujo objetivo foi o aumento da produção e da produtividade, a partir do uso de introdução de plantas geneticamente melhoradas, fertilizadas e protegidas por produtos químicos e cultivadas com o uso intensivo de maquinário.



genéticos, maquinários e produtos químicos. As instituições de pesquisa e escolas de agronomia cumprem o papel de elaboradores e difusores desta forma de produção. Os cursos de pós-graduação são os instrumentos mobilizadores dessas forças e cumprem um papel importante na transformação do camponês tradicional em agricultor ou agricultora profissional (MENDRAS, 1984; LAGRAVE, 1987).

A literatura acadêmica demonstra a evolução do debate sobre a agricultura no Brasil e no mundo desde a década de 1950 com o enfoque dominante da modernização, em que o referencial é o aumento da produção e da produtividade e a inserção no mercado internacional como resultado fundamental e inexorável para a redenção dos agricultores familiares. É este clima que molda os cursos de pós-graduação surgidos e mantidos na área das Ciências Agrárias antes dos anos 1990 e que permanecem hegemônicos até o momento. Outros cursos surgem propondo um enfoque sistêmico, priorizando a interdisciplinaridade, atentos aos impactos ambientais, ao engajamento do pesquisador como ator social, e os atores sociais como participantes da pesquisa, e se dispõem a projetar o caráter social da ciência. Este debate se impõe e vem se avolumando na produção acadêmica sobre o método científico e suas implicações sociais.

### **Recursos humanos e a pós-graduação com enfoque na Agricultura Familiar no Brasil**

Os cursos de pós-graduação na área de Ciências Agrárias no Brasil têm se caracterizado majoritariamente por temáticas em disciplinas específicas que tratam de aspectos instrumentais e produtivos que compõem a estrutura dos cursos de Graduação em Agronomia ou áreas afins como Engenharia Florestal, Zootecnia, Biologia vegetal, Entomologia, Fitopatologia, Química e Física dos solos, Genética e Melhoramento de plantas e animais.

Utilizando a listagem disponível na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) contendo os Programas de Pós-graduação de Ciências Agrárias, podem-se fazer os comentários e análises que seguem. Em 2005, são 244 programas na Grande área, sendo 116 reconhecidos naquela em que se destacam os voltados para a produção vegetal e identificados como das Ciências Agrárias I. Destes 116, existem dois que são profissionalizantes, 114 funcionam promovendo cursos de mestrado e 72 cursos de doutorado, o que dá um total de 188 cursos. As análises se centram nos Programas de Pós-graduação, ou seja, sobre o número de 116, uma vez que estes 72 estão dentro dos mesmos programas que têm mestrado. A

listagem oferecida pelo *site* da Capes apresenta sete programas que se encontram em vias de reconhecimento, o que faz a soma totalizar 123 programas.

Grande Área: Ciências Agrárias									
Área (Área de Avaliação)	Programas e Cursos de pós-graduação					Totais de Cursos de pós-graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
Agronomia (Ciências Agrárias)	116	42	0	2	72	188	114	72	2
Ciência e Tecnologia de Alimentos (Ciência de Alimentos)	31	12	0	0	19	50	31	19	0
Engenharia Agrícola (Ciências Agrárias)	12	4	0	0	8	20	12	8	0
Medicina Veterinária (Medicina Veterinária)	36	15	1	0	20	56	35	21	0
Recursos Florestais e Engenharia Florestal (Ciências Agrárias)	14	5	1	0	8	22	13	9	0
Recursos Pesqueiros e Engenharia De Pesca (Zootecnia / Recursos Pesqueiros)	6	4	0	0	2	8	6	2	0
Zootecnia (Zootecnia / Recursos Pesqueiros)	29	13	1	2	13	42	26	14	2
<b>Total de Ciências Agrárias</b>	<b>244</b>	<b>95</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>142</b>	<b>386</b>	<b>237</b>	<b>145</b>	<b>4</b>

## Quadro 2. Programas e cursos de pós-graduação reconhecidos em Ciências Agrárias

Cursos: M – Mestrado Acadêmico, D – Doutorado, F – Mestrado Profissional

Programas: M/D – Mestrado Acadêmico / Doutorado

Fonte: Capes (2006).

Os programas com denominação genérica de Agronomia ou Ciências Agrárias, sem explicitação de uma área de enfoque específico, somam 15 e 3 (13% e 2,5%) respectivamente no universo dos 123 programas repertoriados pela Capes em 2006, contando-se, entre eles, 116 reconhecidos e sete ainda em processo de reconhecimento. Os que se identificam como de Agronomia explicitando uma área de concentração específica e especializada somam um total de 35 (30%). Estes domínios são listados como sendo de melhoramento genético de plantas, agroquímica e agrobioquímica, ciências do solo, energia na agricultura, entomologia, estatística e experimentação, física do ambiente agrícola, fisiologia vegetal, fitopatologia, fitotecnia, horticultura, meteorologia agrícola, microbiologia agrícola, produção e tecnologia de sementes, produção vegetal, solos e nutrição de plantas. Existem cursos nesta listagem que embora pretendendo filiar-se a uma área de domínio, mantêm-se genéricos ou parecem

redundantes como Agronomia com ênfase em Agricultura ou em Produção vegetal. Existem programas que vêm com a explicitação imediata da área de concentração, sem a referência à Agronomia como na listagem anterior, apresentando praticamente as mesmas áreas destacadas como enfatizado na primeira listagem. Agroquímica, Biologia vegetal, Biometria, Bioquímica Agrícola, Tecnologia vegetal, Ciência do solo, Ciência e Tecnologia de sementes, Biotecnologia agrícola, Biotecnologia aplicada à agricultura, Biotecnologia vegetal, Ciência ou Ciências do solo, Entomologia, Extensão rural, Fisiologia bioquímica de plantas, Fisiologia vegetal, Fitopatologia, Fitossanidade, Fitotecnia, Genética e Melhoramento de plantas, Horticultura irrigada, Manejo de solo e água, Microbiologia agrícola, Agropecuária e do meio ambiente. Nestas áreas o pressuposto é o de que a ciência é neutra e os conhecimentos produzidos neste quadro poderão ser absorvidos por qualquer categoria social, e de que os circuitos da geração e da difusão da tecnologia são distintos e independentes (RODRIGUES, 1985). Outra maneira de justificar estes cursos seria a de pensar que a absorção dos conhecimentos neles gerados seria feita mediante um sistema de difusão financiado para resolver os limites socioeconômicos dos produtores e com a intervenção de técnicos especializados para vencer as barreiras da comunicação. Este debate fundamental vai se materializar com mais freqüência naqueles cursos voltados para a absorção das tecnologias pelos agricultores, que têm um enfoque voltado justamente para a assistência técnica e extensão rural, ou seja, em que a comunicação passa pela fricção com categorias sociais de perfis diferenciados e em que a tecnologia não pode prescindir dos elementos concretos que permitirão a sua inserção ou não no mundo real. Esses cursos demandam disciplinas das Ciências Humanas e Sociais, o que os colocam na fronteira interdisciplinar, criando dificuldades de enquadramento nos modelos atuais das avaliações acadêmicas das agências financiadoras governamentais (Capes e CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

Do conjunto de 123 programas, são três os que fazem menção no seu título à Extensão Rural como tema de suas abordagens, dois que fazem menção ao desenvolvimento rural (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar em São Paulo, e a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE). Dentre os programas presentes na grande área das Ciências Agrárias com enfoque na agricultura familiar interagindo com as Ciências Sociais, têm-se os cursos de mestrado e/ou doutorados de Extensão Rural das universidades federais de Viçosa, em Minas Gerais, Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Sistemas de Produção Agrícola Familiar na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e o de Agriculturas Amazônicas na UFPA. Esses programas convergem para um debate teórico sobre o perfil ou principais características do campesinato<sup>3</sup> na literatura clássica e no Brasil, sua funcionalidade e papel histórico, os aspectos sociais da tecnologia,

<sup>3</sup> O conceito de campesinato é balizador da discussão sobre uma forma de produção agrícola baseada fundamentalmente, na autonomia da família em termos do uso da terra, da mão-de-obra, dos seus instrumentos de trabalho, do que e como organizar o processo produtivo e do destino que seja dado aos produtos. Desafiando historicamente os modos de produção predominantes, tem persistido e se reinventado, oportunizando vasta literatura mundial sobre o assunto.

conteúdos sobre a abordagem sistêmica e aspectos ambientais que deveriam ser considerados nas propostas tecnológicas atuais (DOULA; SOUZA, 2006).

Os que apresentam temáticas holísticas, destacando os termos *sistema* ou *ecologia*, são sete programas, citados a seguir: 1) Agroecologia, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); 2) Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, da UFSCar, em São Paulo; 3) Agroecossistemas, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); 4) Agroecossistemas da Fundação Universidade Federal de Sergipe (FUFSE); 5) Produção Integrada em Agroecossistemas da Universidade de Marília (Unimar), em São Paulo; 6) Sistema de Produção Agrícola Familiar, da UFPel, no Rio Grande do Sul e 7) Sistema de Produção na Agropecuária, da Universidade José do Rosário Vellano (Unifenas), em Minas Gerais – Mestrado profissional. Estes sugerem uma abordagem de sistemas de produção diversificada que poderia ter alguma afinidade com a agricultura familiar.

Pesquisando na Plataforma Lattes, os currículos dos pós-graduados no nível de doutorado podem dar uma idéia sobre os que fazem referência à expressão *agricultura familiar*, ainda que não se possa considerar esta fonte como exaustiva para esta identificação. Dos 2.201 doutores repertoriados a partir da chamada pela expressão *Agricultura familiar*, a maioria está engajada em instituições universitárias, e pode-se supor, engajados em cursos de pós-graduação. Entre os mestres, graduados, bolsistas e de níveis não declarados, encontram-se nesta fonte 2.554 profissionais, dando um total de 4.755 pessoas que fizeram referência a esta expressão em seus títulos ou palavras-chave das publicações. Se utilizarmos a palavra *campesinato*, esse número se reduz a 371 doutores utilizando o termo como identificação nos seus títulos e publicações, somados a 190 mestres, graduados e técnicos.

Considerando os 135 grupos de pesquisa repertoriados na Plataforma Lattes do CNPq, em 4 de março de 2007, verificou-se que 22 desses grupos incluem em seus títulos a expressão *agricultura familiar*. Das 24 áreas de pesquisa citadas, as que se apresentam como as mais frequentes são a de Agronomia (44 ocorrências), seguida de Economia (17), Sociologia (18), Zootecnia (10), somando 66% do total das áreas. Os 33% restantes se distribuem em áreas como Geografia (6), Engenharia Agrícola (5), Planejamento urbano e regional (4), Antropologia (4), Ecologia (4), Recursos florestais e Engenharia Florestal (4), Ciência Política (2), Administração (2), História (2), Educação (2), Geociências (2), com uma ocorrência apenas para as áreas de Saúde Coletiva, Serviço Social, Engenharia Elétrica, Botânica, Engenharia Sanitária, Medicina Veterinária, Microbiologia, Turismo e Direito. Verifica-se que em grupos repertoriados em áreas diferentes daquelas compreendidas fora das Ciências Agrárias, existem doutores

com formação e atuação na área das Ciências Agrárias, embora as suas pós-graduações tenham ocorrido em áreas das Ciências Humanas ou Sociais Aplicadas. Dos 135 grupos de pesquisa, 109 (81%) estão diretamente ligados a Universidades Federais, Estaduais e Privadas. Os demais estão vinculados a Empresas e Institutos de Ensino, Pesquisa e Extensão<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; Instituto Agronômico do Paraná – Iapar; Empresa de Pesquisa Agropecuária em Minas Gerais – Epamig; Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – Inpa; Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – Idaterra; Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA; Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet).

### Agricultura familiar no contexto amazônico

O Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Integrados sobre Agriculturas Familiares (Neaf) do Centro de Ciências Agrárias, na UFPA assume uma linha de trabalho definida e completamente voltada para a Agricultura Familiar. Isso se explicita na denominação do curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS). Esse enfoque pode estar ocorrendo em outros cursos e Programas de Pós-graduação no país, o que exige um tratamento refinado dos dados para a devida e precisa identificação. O curso do Centro de Ciências Agrárias da UFPA mantém sua identidade por meio de três grandes linhas de pesquisa: 1. Transição Agroecológica na Amazônia, 2. Desenvolvimento Local e Gestão Territorial e 3. Interfaces entre Saberes e Desenvolvimento da Agricultura Familiar. No país, as temáticas e linhas de pesquisa que convergem para o debate sobre as transformações no mundo rural, com preocupações sobre a agricultura familiar, revelam-se por palavras-chave como desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial, extensão rural, sociologia do desenvolvimento e socioeconomia.

Na primeira linha do MAFDS valoriza-se a aplicação dos princípios e conceitos de ecologia ao desenho e manejo sustentável de agroecossistemas, apresentando caminhos que levem à reconstrução ecológica da agricultura nessa região. Para essa reconstrução, considera-se necessário estudar a atividade agrária numa perspectiva ecológica em seu sentido amplo, em que ciclos minerais, transformações de energia, processos biológicos e relações socioeconômicas sejam investigados e analisados como um todo. Busca-se, nessa linha, a substituição de tecnologias contaminadoras, dependentes de capital e de técnicas de manejo degradantes ao meio ambiente por outras que, mesmo sendo menos demandantes de capital e de maior acessibilidade local, permitam manter a diversidade biológica e a capacidade produtiva no longo prazo. Tem-se apresentado nos editais para seleção de alunos do curso sinalização de temas de interesse do Programa de Pós-graduação como manejo das pastagens na região de influência da Rodovia Transamazônica; formas de integração da pecuária bovina em sistemas de produção agrícolas familiares; identificação de práticas

de manejo sustentável de pastagens em sistemas de produção agrícola familiares; manejo integrado de abelhas; conservação e recuperação de áreas degradadas em estabelecimentos agrícolas familiares na Amazônia Oriental; avaliação, reconhecimento e validação científica de iniciativas inovadoras de produção e de indicadores de serviços ambientais nos pólos do Pró-ambiente; sistemas integrados de gestão participativa dos recursos florestais e agrícolas pelas populações rurais na Amazônia; mudanças de práticas agrícolas, agrobiodiversidade e capacitação; diagnóstico de plantio direto em capoeiras de agricultores familiares; adaptação e validação participativa de tecnologias de corte e trituração da capoeira; tecnologias para melhoria dos sistemas de produção da agricultura familiar com base no manejo das capoeiras na Amazônia com ênfase em alternativas ao uso do fogo e manejo ecológico de pragas e doenças.

Quanto à segunda linha de pesquisa, intitulada *Desenvolvimento Local e Gestão Territorial*, tem-se feito a reflexão de que a dinâmica de ocupação do território e sua transformação por uma gestão participativa e atenta aos princípios da sustentabilidade são os seus objetos. A abordagem sistêmica para compreensão do local e sua inserção no conjunto da sociedade norteiam os estudos e proposições. As demandas de pesquisa são elaboradas mediante negociação com o movimento social, por meio dos diversos atores presentes na região. Estes são considerados parceiros, em particular e de forma privilegiada, os agricultores familiares organizados em associações, cooperativas, sindicatos e entidades, sejam elas governamentais ou não, que com eles se relacionem, para apoio e execução de seus projetos. Compreende-se como locus privilegiado desta linha os assentamentos de reforma agrária, as ocupações históricas e identificadas como tradicionais em todo o Estado do Pará. A perspectiva é de acúmulo propositivo sobre os diversos tipos de arranjos socioespaciais e sua gestão, produzindo estoques de alternativas e de reflexão sobre os diversos aspectos observáveis a partir deste tema, oferecendo massa crítica e operacional para os atores locais. Incluem-se nesta linha a organização política sindical e associativa, o ecoturismo e suas variantes, gestão dos recursos naturais, a caracterização e descrição do funcionamento de comunidades rurais, municípios, regiões e territórios formados sobre problemáticas específicas.

Os temas de pesquisa de interesse para o Curso na chamada para a seleção dos alunos de 2006 e 2007 incluem as políticas públicas com enfoque no desenvolvimento territorial: dinâmica no território da Transamazônica; história e transformação das organizações camponesas; formas de organização social e da produção no campo; mobilidade social e espacial do campesinato; feiras, mercados e formas de expressão da cidadania.

No que se refere à linha 3, denominada *Interface entre Saberes e Desenvolvimento da Agricultura Familiar*, tem-se como enunciado que as propostas de mudança nas formas de produção e de organização, assim como de educação de jovens agricultores familiares, são elementos centrais nas intervenções de desenvolvimento voltadas para a agricultura familiar na Amazônia Oriental. Toda mudança nas formas de produção agropecuária é considerada uma mudança social e não deve ser analisada considerando-se somente seus aspectos técnicos, mas suas dimensões sociais, culturais e cognitivas. Neste eixo propõe-se estimular o estudo da diversidade dos saberes locais relativos à utilização do meio agroecológico por populações tradicionais e de migrantes recentes na Amazônia oriental, com ênfase nos processos de mudança técnica e organizacional; as condições de mobilização desses saberes nas intervenções de desenvolvimento que visam à transformação dos sistemas produtivos; a construção de identidade e interação entre saberes na educação de jovens agricultores familiares no meio rural; estruturas sociais locais e sua interação com as intervenções de desenvolvimento; reflexão sobre os diferentes atores sociais envolvidos no processo de concepção e implementação de projetos de desenvolvimento para a Agricultura Familiar; e estudos sobre métodos e formas de organização da extensão rural voltada para a Agricultura Familiar.

Ressaltam-se como temas de pesquisa de interesse desta linha para o curso nas chamadas para o processo seletivo da política de Ater (Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural) com enfoque na transição agroecológica: perspectivas para mudanças metodológicas; a participação dos agricultores na construção de referenciais técnicos e em novas combinações de atividades produtivas para financiamento por projetos de crédito agrícola; a construção de indicadores e métodos para avaliação da assistência técnica e extensão rural nos estabelecimentos agrícolas familiares; metodologias para identificação de inovações com impacto na sustentabilidade dos estabelecimentos agrícolas; transição da pecuária de corte para a pecuária leiteira no Sudeste do Pará; mudanças nos saberes e nas representações dos agricultores sobre a atividade agropecuária; manejo florestal comunitário: interação entre saberes e mudanças nas formas de organização social local; avaliação do aprendizado nas experiências dos projetos de sensibilização, capacitação e iniciativas promissoras na Transamazônica; e experiências e Estratégias socio-culturais e/ou Institucionais que busquem consolidar a Educação no Campo na Amazônia.

Disciplinas da grade curricular dos cursos de Agronomia que incorporavam conteúdos das Ciências Sociais e Humanas como Economia, Administração, Sociologia, Antropologia e Extensão, todas adjetivadas como rurais, por tratarem de aspectos da produção pelo

enfoque de cada uma dessas áreas, não foram absorvidas nos critérios dos órgãos financiadores como sendo parte da área das Ciências Agrárias. Cursos de pós-graduação vêm sendo ofertados em todo o país, tratando de aspectos da produção agrícola, se agregam em áreas de afinidades disciplinares, embora suas práticas sejam de reflexões interdisciplinares. Isso se constitui em um desafio tanto para os cursos quanto para as agências financiadoras no que concerne à classificação e avaliação dos cursos em suas respectivas áreas.

Analisando-se o perfil dos Programas de Pós-graduação da área de Ciências Agrárias I da Capes, verifica-se a presença crescente de títulos que demandam a interação entre as disciplinas, o que se expressa por palavras-chave que explicitam a abordagem sistêmica (agroecossistemas, sistemas de produção), a preocupação ecológica (agroecologia, sustentabilidade), o contexto ambiental (tropical, subtropical, trópico úmido, semi-árido), finalístico (desenvolvimento rural, agricultura familiar, agropecuária).

As denominações dos cursos e das disciplinas, como demonstrado acima, embora indiquem uma tendência para abordagens que permitem supor afinidades e influência dos apelos da agricultura familiar, não são suficientes para uma identificação das linhas de abordagem de cada um dos programas de cursos praticados no país, exigindo uma análise refinada dos conteúdos mobilizados em cada um deles.

Existem cursos de pós-graduação que são muito especializados como o de Genética, desenvolvido em Jaboticabal, em São Paulo, que reconhecem a importância da agricultura familiar na perspectiva de preservação da biodiversidade. Mas até onde esse enfoque prioriza uma agricultura baseada na mão-de-obra familiar, em estabelecimentos agrícolas diversificados, com a perspectiva da autonomia do que e quanto produzir? Ou esses aspectos são secundários nesse tipo de abordagem? O mesmo pode estar ocorrendo com programas que tenham surgido em contextos cujos demandantes sejam especificamente ligados à agricultura familiar, o que coloca um problema para essa identificação. Este primeiro exercício de compreensão dos cursos voltados para a agricultura familiar no país exige novos investimentos para elucidar estes aspectos.

## **Conclusão**

Campo aberto para estudo, os cursos de pós-graduação voltados para problemas específicos da agricultura familiar estão em fase de definição no Brasil. No caso específico da UFPA, o curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (MAFDS) foi criado a partir da relação de pesquisadores, professores



e estudantes universitários com agricultores em processo recente de instalação, em região de tumultuado campo de disputa pela terra e definição de políticas públicas. Essa empiria de quase duas décadas permitiu a formação de um grupo de profissionais baseados em Marabá, Altamira e Belém, atuando em rede como mobilizadores de competências que fazem investimentos em pesquisa, formação e ações de desenvolvimento, no quadro de um programa que vem se consolidando, não apenas pelas ações no nível da pós-graduação, mas também pelos cursos de Agronomia criados e em funcionamento em Marabá e Altamira desde 2001.

Outros cursos de pós-graduação no país têm tratado da agricultura familiar mas não necessariamente ligados à área das Ciências Agrárias. Cursos de Administração, Sociologia, Antropologia, Economia, têm atraído agrônomos que reconheçam deficiências de suas formações acadêmicas originais, para contribuir na discussão e reflexão sobre os limites da tecnologia enquanto prática social, inserida, portanto, em contextos socioeconômicos específicos. Isso permite uma abertura e interação crescente entre as áreas das Ciências Agrárias e Ciências Sociais Aplicadas, uma vez que existem temáticas comuns, possibilidades de troca e contribuições simultâneas neste processo de reflexão. Extensão, Sociologia e Economia voltadas para a problemática rural tendem a ser conteúdos cada vez mais demandados por aqueles que trabalham com a produção e recomendação de tecnologias para agricultores, cuja missão se reparte entre o campo econômico e social, em um nível de complexidade que tem sido simplificado à visão da produção material, voltada exclusivamente para o mercado e, fundamentalmente, para o mercado exterior. Os cursos de pós-graduação em Ciências Agrárias, considerando a crescente demanda no país em ciência e tecnologia para a massa de pessoas envolvidas diretamente na atividade produtiva, tendem a modificar o seu perfil e sua missão. Esse perfil terá que ser de profissionais capazes de dominar métodos de produção de conhecimentos e técnicas em parcerias com os agricultores, que permitam a elevação dos níveis de produção e produtividade, com insumos produzidos nos estabelecimentos, mediante tecnologias e processos autônomos e ajustados aos bens de produção controlados pelos agricultores. Sua missão será a de promover o desenvolvimento sustentável, assumindo as preocupações com a qualidade de vida dos produtores, consumidores e com o respeito à reprodutibilidade do meio ambiente, como sugere a demonstração feita neste texto.

O debate continua em aberto sobre as alterações a serem feitas nos programas que devam ser os esteios da formação acadêmica e sua ligação com o mundo rural em transformação por conhecimentos difundidos globalmente. Recomenda-se inserir nos cursos de pós-graduação na área das Ciências Agrárias, disciplinas que reflitam

sobre o processo de construção do conhecimento científico ao longo da história recente da humanidade, e as conseqüências das posturas epistemológicas dele decorrentes.

Recebido em 22/1/2007

Aprovado em 18/3/2007

## Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992. 275 p. (Estudos Rurais).
- AGUIAR, Ronaldo Conde. *Abrindo o pacote tecnológico: estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo/Brasília: Pólis/CNPq, 1986. 156 p.
- ALMEIDA, Rogério Henrique. *Territorialização do campesinato no Sudeste Paraense*. Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.
- ANGELO-MENEZES, M. N. Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial. *Cadernos de Ciências e Tecnologia*. Brasília, 2000.
- BIANCHINI, Valter. *O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural*. Brasília: SAF/MDA, 2006.
- CAPDEVILLE, Guy. *O ensino superior agrícola no Brasil*. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 1991.
- CONAB. *Indicadores da agropecuária*. Brasília, ano XV, n. 4, abr. 2006.
- COSTA, Francisco de Assis. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: Sepeq/Naea/UFPA, 1992. 81 p. (Série Estudos Sepeq).
- COSTA, Luciana Miranda. *Discurso e conflito*. Dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás. Belém: Naea/UFPA, 1999. (2.º Prêmio Naea de Dissertação de Mestrado).
- DOULA, Sheila Maria; SOUZA, Renato Santos de. A pós-graduação em extensão rural no Brasil. *Revista Brasileira de Pós-Graduação* Brasília, v. 3, n. 6, p. 282-299, dez. 2006.
- EMMI, Marília Ferreira. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2. ed. Belém: UFPA/Naea, 1999.
- FERNANDES, Marcionila. *Donos de terra – Trajetórias da União Democrática Ruralista – UDR*. Belém: UFPA/Naea, 1999.

- FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global, 2003.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- GUANZIROLI, Carlos Enrique et al. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: Convênio FAO/Incrá, 2000. 74 p.
- GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. *Chercheurs et syndicalistes pour un autre développement rural. L'expérience de recherche-action dans l'état du Pará-Brésil*. Paris: EHESS, 1999a. (tese).
- \_\_\_\_\_. Sindicatos patronais rurais x sindicatos de trabalhadores rurais do para: novas estratégias de representação política. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 9, n. 6, p. 1.409-1.427, 1999b.
- \_\_\_\_\_. *O posseiro da fronteira - Campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2001. 169 p. v. 1.
- GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Do conceito de fertilidade ao de sustentabilidade. *Novos Cadernos Naea*, Belém, v. 2, n. 2, p. 139-157, 1999.
- GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CASTELLANET, Christian. *Chercheurs et leaders paysans engagés dans la recherche-action: une coopération conflictuelle. Reflexion a partir des programmes Cat et Paet en Amazonie Brésilienne*. *Cahiers Agricultures*, Paris, v. 14, n. 1, p. 126-130, 2005.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 255 p.
- HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004.
- HISTÓRIA da Escola de Agronomia da UFBA, a partir do nascimento do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura. Disponível em: <[http://www.decisa.ufba.br/historico\\_agrba.html](http://www.decisa.ufba.br/historico_agrba.html)>. Acessado em: 15 ago. 2006.
- LAGRAVE, Rose-Marie (sous la direction de); ALBERT, Christiane, BERLAN, Martine; CANIOU, Juliette, PERROT, Martine. *Celles de la terre – Agricultrice: l'invention politique d'un métier*. Paris: Ed. de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1987.
- LAMARCHE, Hughes (Coord.). *L'Agriculture familiale: comparaison internationale – I. Une Réalité Polymorphe*. Paris: L'Harmattan, 1991. (Traduzido para o português em: *A agricultura familiar: comparação internacional – I. Uma realidade multiforme*. Campinas: Unicamp, 1993).

LAMARCHE, Hughes (Coord.). *L'Agriculture Familiale: Comparaison Internationale – II. Du mythe à la réalité*. Paris: L'Harmattan, 1994.

MENDES, Armando Dias. *A invenção da Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1974 (Coleção Amazônia).

MENDRAS, Henri. *La fin des paysans*. Avignon : Actes Sud, 1984. (Collection Babel, 38).

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: artimanhas da classificação. *A Margem – Revista de Ciências Humanas*. v. 3, p. 22-34, 1993.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar: questões metodológicas. *Reforma Agrária*. Campinas, v. 25, n. 2, p. 21-36, 1995.

NEVES, Delma Pessanha. Apresentação. In: ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré; NEVES, Delma Pessanha (Orgs.). *Agricultura Familiar – Pesquisa, formação e desenvolvimento: interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da agricultura familiar*. Belém, 2004b, v. 4, p. 15-32.

PALMEIRA, Moacir. Mesa Redonda “Os anos 60: Revisão crítica de um debate”. *SEMINÁRIO REVISÃO CRÍTICA DA PRODUÇÃO SOCIOLOGICA VOLTADA PARA A AGRICULTURA*, 1984, São Paulo. Anais. São Paulo: Aesp/Cebrap, 1984.

PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat*. Paris: Université de Paris, Faculté de Lettres et Sciences Humaines, 1971. 168 p. (Tese. Université de Paris, Faculté de Lettres et Sciences Humaines).

PRADO JR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Difusão de tecnologia: uma abordagem além do circuito tecnológico. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília, v. 2, n. 2, maio e ago. 1985, p. 305-311.

\_\_\_\_\_. Gênese e evolução da pesquisa agropecuária no Brasil; da instalação da Corte Portuguesa ao início da República. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília, v. 4, n. 1, jan. e abr. 1987a, p. 21-38.

\_\_\_\_\_. A pesquisa agropecuária federal no período compreendido entre a República Velha e o Estado Novo. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília, v. 4, n. 2, maio e ago. 1987b, p. 129-153.

\_\_\_\_\_. A pesquisa agropecuária no período do pós-guerra. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília, v. 4, n. 3, set. e dez. 1987c, p. 205-254.

SILVA, José Graziano da (Coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

SUZUKI, Natália. Soja na Amazônia. *Sindicato de produtores faz acordo com empresa e ONG norte-americanas*. Disponível em: <[http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=11251&editoria\\_id=3](http://agenciartamaior.uol.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=11251&editoria_id=3)>. Acessado em: 31 jul. 2006.

VIA CAMPESINA. Soberania alimentar, um tema central na VI Conferência da Via Campesina, 2004. Disponível em: <<http://www.radiomundoreal.fm/rmr/>>. Acessado em: 11 mar. 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. O camponês: um trabalhador para o capital. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília, v. 2, n. 1, 1985.